

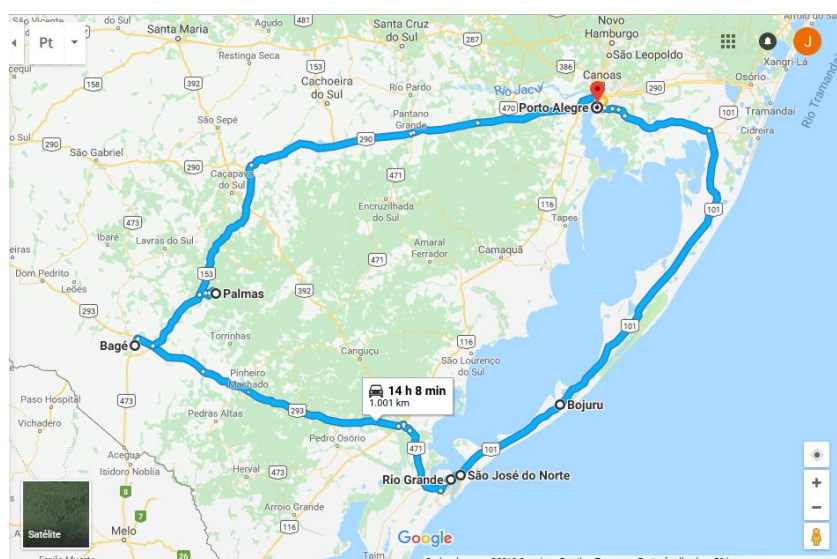
Carta de denúncia às violações de direitos socioambientais no bioma Pampa e de apoio às comunidades locais frente à projetos de mineração, silvicultura e agronegócio



Produzida durante a Ronda, realizada entre os dias 29 e 31/08 de 2018 de forma integrada ao Seminário de Financeirização da Natureza: violações de direitos contra Povos e Territórios, que ocorreu entre 27 e 29/08, em Porto Alegre, RS.

Nós, integrantes de organizações e movimentos sociais, do campo e da cidade, mulheres e homens, indígenas, quilombolas, pescadoras e pescadores artesanais, pecuaristas familiares, assentadas e assentados da reforma agrária e organizações de apoio, de diversos estados do Brasil e do Uruguai, participantes da Ronda realizada entre os dias 29 e 31/08/2018, de forma integrada ao Seminário de Financeirização da Natureza: violações de direitos contra Povos e Territórios, que ocorreu entre 27 e 29/08, em Porto Alegre, RS, vimos através desta Carta denunciar violações de direitos socioambientais no bioma Pampa e anunciar nosso apoio às comunidades locais frente à projetos de mineração, silvicultura e agronegócio que ameaçam povos e territórios.

Percorremos cerca de 1.000 km, de Porto Alegre a São José do Norte (onde realizamos a primeira Roda de Diálogo), de São José do Norte a Rio Grande (onde visitamos todo o complexo industrial vinculado ao Complexo Portuário), de Rio Grande a Bagé (onde realizamos a segunda Roda de Diálogo), e de Bagé a Porto Alegre.



Entre olhares e diálogos percebemos as várias formas de violações sofridas por quem vive no Pampa, semelhantes às violações de direitos sofridas em outras regiões e biomas do país, como nos territórios quilombolas do Vale do Ribeira (SP), nos territórios tradicionais de pesca da Baía de Guanabara (RJ), e nos territórios indígenas, quilombolas, de ribeirinhos, da agricultura familiar e de assentamentos da reforma agrária - em diversos estados do norte e sudeste do país - especialmente onde grandes projetos vinculados à mineração, silvicultura e ao agronegócio têm se instalado de forma extremamente agressiva.

DENUNCIAMOS:

- AS CONDIÇÕES DE ACESSO OFERECIDAS ÀS COMUNIDADES: rodovias, como a BR 101, completamente destruídas pelo trânsito de cargas - a exemplo de grãos e toras de eucalipto - para o Porto de Rio Grande; barca/ balsa que funciona a revelia da população e de usuários que dela dependem, descumprindo tabela de horários estabelecida em placa afixada no local e divulgada no site oficial das Prefeituras de São José do Norte e Rio Grande. A empresa F. Andreis Cia. Ltda atua de forma semelhante também em Guaíba (PR), na travessia para o Paraguai, onde comunidade local e indígenas da região sofrem de forma semelhante com um comportamento de quem detém o poder de monopólio deste serviço de transporte há décadas.

- A SILVICULTURA - licenciada e não licenciada - que vem convertendo milhões de hectares (ha) de áreas de vegetação lagunar, litorânea, de campo nativo e de mata - típicas do bioma Pampa - em desertos verdes, violando direitos trabalhistas como no caso da extração de resina de pinus. Em 2010 a Celulose Irani S.A., firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Trabalho (MPT-RS) por conta de constatação de trabalho análogo à escravidão na região litorânea do RS. Mais inf. em: <http://reporterbrasil.org.br/2010/03/celulose-irani-firma-tac-contra-trabalho-escravo/>

- A CONSTRUÇÃO DE PARQUES EÓLICOS que vem avançando sobre territórios sem o devido envolvimento e consulta das comunidades locais, ocupando vastas áreas com o discurso de "energia limpa", sem que sejam analisadas em profundidade suas consequências socioambientais e sua associação - enquanto geradora de energia - à mineração, à silvicultura e ao agronegócio. No início de 2018 o maior complexo eólico do RS, da empresa Ventos do Atlântico, recebeu Licença Prévia da FEPAM - junto com a linha de transmissão - com previsão de construção de 290 aerogeradores em uma área de 15,8 mil hectares no distrito de Bojuru, em São José do Norte. Mais inf. em: <https://estado.rs.gov.br/governo-licencia-maior-parque-eolico-do-rio-grande-do-sul>

- A LÓGICA DO CRESCIMENTO INFINITO DO COMPLEXO PORTUÁRIO DE RIO GRANDE que vem ocupando territórios de comunidades do entorno, empobrecendo e expulsando estas comunidades enquanto movimenta dezenas de milhões de toneladas dos mais diversos produtos ao ano, sendo que a maioria destes produtos está

relacionada à mineração, à silvicultura e ao agronegócio, em uma sinergia de violações de direitos contra povos e territórios.

- O AGRONEGÓCIO representado especialmente pela soja transgênica e pelo arroz irrigado, que tem destruído a biodiversidade em vastas áreas do bioma Pampa, fazendo desaparecer em ritmo acelerado os campos nativos e as áreas úmidas deste bioma, avançando sobre territórios de povos e comunidades que são desconsideradas neste processo.

- A MINERAÇÃO baseada em um modelo neocolonizador, onde as riquezas do Brasil, seus territórios e seu povo são saqueados por grandes corporações que atuam da mesma forma em todo o mundo, usando de inteligência e força militar, de relações políticas nas esferas federal, estadual e municipal, e de estratégias de marketing e sedução junto às comunidades locais. Estas corporações estão vinculadas ao agronegócio e à silvicultura, e, da mesma forma, disputam territórios para ampliar seu poder. Violam direitos individuais e coletivos e minam a soberania nacional. Assediam comunidades locais prometendo empregos e melhores condições de vida, assediam escolas propondo atividades ditas de “educação ambiental” onde intencionam que a comunidade escolar aceite a mineração como algo positivo. Deixam passivos ambientais e sociais irreversíveis, afetando negativamente o ecossistema e a estrutura social, aumentando índices de violência, de problemas sociais, aumentando custos de serviços públicos e fragilizando as relações sociais e culturais locais. Frente às resistências locais as corporações usam de intimidação, ameaças e violências, procurando calar quem não concorda com os projetos de mineração. Desta forma estão agindo as empresas Águia (Projeto “Fosfato Três Estradas”), Nexa-Votorantim/Iamgold (Projeto “Caçapava do Sul”) e RGM (Projeto “Retiro”) no bioma Pampa. Da mesma forma agem estas e outras corporações em todos os biomas do Brasil e em todo o mundo.

- A FINANCEIRIZAÇÃO DA NATUREZA que está avançando sobre áreas ainda conservadas do Pampa, territórios de povos e comunidades que usam e respeitam os ecossistemas, regiões onde ainda a mineração, a silvicultura e o agronegócio não chegaram, onde ainda é possível encontrar grande biodiversidade, água limpa e ar puro. Nessas regiões, as grandes corporações – associadas ao Estado - começam a propor o pagamento ou aluguel destes “serviços” - como o sequestro do carbono - ou dessas áreas, em troca do controle sobre os territórios de povos e comunidades, restringindo sua liberdade e autonomia. Exemplo disso é a atuação da empresa TANAC/Tanagro que promove a conversão de áreas no sul do Brasil em silvicultura (acácia negra) para produção de cavacos e pellets de madeira, além de tanino. Associada à organização conservacionista WWF-Brasil, vem mapeando áreas bem conservadas da bacia do Camaquã, no intuito de gerar um “portfólio” de serviços ecossistêmicos, na lógica da economia verde e da financeirização da natureza, sem consulta aos povos e comunidades. Violações de direitos em iniciativas semelhantes e com envolvimento de organizações conservacionistas foram divulgadas no Relatório:

“Economia Verde, povos das florestas e territórios: violações de direitos no estado do Acre”, da Plataforma DHESCA (2015).

Mais inf. em: <https://www.wwf.org.br/?57022>
<http://panda.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=32ecd99cad4548129c69f8e040b57b7a>

<https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao2/povos-das-florestas-e-territorios-violacoes-de-direitos-no-acre-brasil/>

DENUNCIAMOS também as violações de direitos socioambientais em outros biomas brasileiros e anunciamos nosso apoio às comunidades locais que resistem a estas ameaças e violações:

- Os projetos de mineração que tentam se instalar há décadas no Vale do Ribeira (SP) e os projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) naquela região, em profundo descaso e desrespeito do Estado e das empresas para com as comunidades locais, especialmente quilombolas;
- Os megaprojetos de mineração de corporações que seguem a mesma lógica neoexploratória da Vale/ BHP/ Billinton e que resultou na maior tragédia ambiental do Brasil em 2015, em Mariana (MG), que atingiu diretamente comunidades locais, ribeirinhas, indígenas, quilombolas, rurais e urbanas ao longo da bacia do Rio Doce;
- Os diversos projetos e ações que impactam a pesca artesanal no Brasil, e o modo de vida de pescadoras e pescadores, como a instalação do complexo petroquímico da Petrobrás (Comperj) na Baía de Guanabara (RJ) e o despejo ilegal de agentes poluentes nas águas feito por diversas empresas.
- Todos os megaprojetos de mineração, silvicultura e agronegócio que impactam de forma ainda mais brutal a vida das mulheres e das crianças - que em geral estão sob seus cuidados - desconsideradas pela lógica patriarcal, machista e produtivista das corporações e do Estado.

Dialogamos e refletimos sobre estas tantas ameaças e ANUNCIAMOS que:

- Continuaremos a denunciar toda forma de violação de direitos socioambientais, pois ninguém pode falar por nós, pois somente nós sabemos o que e como nos afeta!
- Seguiremos resistindo frente aos megaprojetos que chegam em nossos territórios, e que são pensados sem a participação e o consentimento dos povos e comunidades locais,
- Ampliaremos nossa rede de parcerias para além das fronteiras dos estados e dos biomas, provocando nossas parceiras e parceiros a refletir sobre as formas de neocolonização e financeirização dos nossos territórios,

- Exigiremos que nossos direitos, garantidos pela Constituição Federal, pelo Decreto 6040/2007, pela Convenção da OIT 169 e tantos outros marcos legais nacionais e internacionais sejam respeitados, especialmente pelos órgãos do Estado, como a FUNAI e o INCRA, que não têm desempenhado seu papel de informar e proteger as comunidades de projetos que irão impactá-las,

- Somos produtoras e produtores de alimento, somos pescadoras e pescadores, somos artesãs e artesãos, somos sábias e sábios, conhecedoras e conhecedores da biodiversidade, das ervas que curam, das estações do ano, das dinâmicas locais de reciprocidade, temos o nosso sagrado e os nossos segredos, e não entregaremos à ganância do neocapitalismo!

- Somos extremamente contrárias e contrários aos projetos de mineração das empresas Águia (Projeto “Fosfato Três Estradas”), Nexa-Votorantim/ lamgold (Projeto “Caçapava do Sul”) e RGM (Projeto “Retiro”) no bioma Pampa!

Assinam esta carta:

1. Amigos da Terra Brasil
2. Associação Homens e Mulheres do Mar - AHOMAR
3. Centro de Estudos bíblicos - CEBI
4. Coletivo Catarse
5. Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa
6. Comunicação Kuery - Povo Indígena Mbyá-Guarani
7. Conselho de Missão entre Povos Indígenas - COMIN
8. Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas - CONAQ
9. Fundação Luterana de Diaconia - FLD
10. Marcha Mundial de Mulheres
11. Movimento pela Soberania Popular na Mineração - MAM
12. Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP
13. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
14. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST
15. Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales - WRM (Uruguai)
16. Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil

Vídeo de registro da Ronda disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=dqmYUNXz-9c>